



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO: RETROCESSO OU CONTINUIDADE?

Tháise Seixas Peixoto de Carvalho¹

Resumo: O presente trabalho propõe-se a discutir o exercício profissional do assistente social na política de Assistência Social em tempos do avanço do pensamento conservador na trama social e nas políticas sociais de um modo geral. Nossa argumentação é de que o conservadorismo nunca foi superado por essa política e que, na contemporaneidade, ele se atualiza sob novas roupagens e com novos estigmas.

Palavras-chave: Serviço Social, Exercício profissional, Política de Assistência Social, Conservadorismo.

Abstract: The present work proposes to discuss the professional practice of the Social Worker in the policy of Social Assistance in times of the advance of conservative thinking in the social fabric and social policies in general. Our argument is that conservatism has never been superseded by this policy and that, in contemporary times, it is being updated in new clothing and with new stigmas.

O presente trabalho propõe-se a discutir o exercício profissional do assistente social no âmbito da política de Assistência Social em tempos do avanço insidioso do pensamento conservador não só na própria trama social, mas nas políticas sociais de um modo geral. Nossa argumentação é de que, de fato, o conservadorismo nunca foi superado na Política de Assistência Social e que, na contemporaneidade, ele se atualiza sob novas roupagens e com novos estigmas, mas sobretudo mantendo os traços fundantes dessa política, com ações focalizadas, segmentadas, baseadas nos sujeitos “desajustados”. Assim, o exercício profissional do assistente social se coloca como desafio, uma vez que muitas vezes essas características capturam a subjetividade do profissional, tornando-o agente executor da política a partir de uma prática profissional mistificada que se confunde com a própria política. O que argumentamos aqui é que a conformação da política de Assistência Social em diversas ocasiões se confronta com o projeto ético-político profissional (PEP)² hegemônico na categoria, que coloca como direção a emancipação humana. Sendo assim, o cotidiano do exercício profissional acaba por sofrer os empuxos de execução de práticas

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: thaise.seixas@hotmail.com.

² Para mais sobre a construção do projeto ético-político do Serviço Social consultar NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, p. 141-160, 2006.

pautadas em ações conservadoras e pragmáticas que colidem diretamente com a perspectiva crítica que a profissão se propõe. Neste sentido, a direção política da profissão é subsumida pela direção da própria política de Assistência Social, tornando a execução desta última o próprio fazer profissional.

Tal debate se faz imperativo, haja vista o momento em que a profissão se encontra dentro da sociedade capitalista contemporânea, com forte ofensiva conservadora com a legitimação de discursos de retrocesso civilizatório. Discursos esses que validam a regressão dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, validam e ampliam a naturalização das desigualdades, naturalização da violência e da barbárie em nome da defesa, quase incondicional do capital e do mercado, exponenciados pelas orientações neoliberais que submetem os Estados nacionais aos ditames das economias imperialistas como única saída para que consigam algum crescimento econômico. O que verificamos é a completa despolitização e desistoricização da famigerada “questão social”, entendida não como fruto das contradições da relação capital x trabalho, mas como processo social natural e, para tanto, administrado e solucionado apenas pela via das políticas sociais.

Posto isto, é necessário compreender os traços conservadores da Política de Assistência Social, percebendo a permanência desses traços ao longo da sua trajetória e seu agravamento na contemporaneidade, para que assim possamos identificar como a subjetividade dos profissionais de Serviço Social pode ser capturada, assumindo o discurso e a identidade da Política de Assistência Social como discurso e identidade da própria profissão e, conseqüentemente, discurso e identidades conservadores. É importante dizer que esta análise torna-se relevante, pois o cenário das políticas públicas tem sido, historicamente, um solo fértil de discussões para a categoria profissional do Serviço Social, além de se colocar como um dos principais campos de atuação profissional.

Partimos aqui da premissa de que as políticas sociais são, desde seu engendramento, campo de tensões, contradições e disputas. Entendemos a política social em sua totalidade, como ressalta Behring³, “como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo (...)”.

Desse modo, consideramos que as políticas sociais públicas se conformarão sob os pilares de três forças em ação: sob a pressão da classe operária que se coloca na cena política com suas demandas por legitimação de direitos, quando a exploração do capital

³ BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no contexto da crise capitalista**. Serviço Social, p. 301-321, 2009. p. 304.

sobre o trabalho acarreta níveis quase insuportáveis para a classe trabalhadora, assolando-a com o pauperismo em massa e assim se inicia uma série de lutas, que já não podem ser controladas pelo Estado apenas pela via da repressão; com a necessidade do Estado de se legitimar politicamente e, dessa forma, criar formas e condições de reprodução da classe trabalhadora, bem como as condições necessárias a acumulação e valorização do capital; e ainda sobre a pressão da última força que são as classes hegemônicas que reivindicam a participação do Estado nesse âmbito, não apenas na tentativa de socializar os custos da produção⁴, mas também de conformar a ordem imposta pelo capitalismo e formar consenso social.

Destarte, registra-se aqui o nosso posicionamento no entendimento de que as políticas sociais não podem e não devem ser compreendidas como a “solução” para as contradições do modo de produção capitalista, tampouco como “ações para o bem comum” descoladas e distanciadas da esfera da produção econômica. Ao contrário, elas precisam ser compreendidas em sua totalidade e na sua complexidade enquanto processo contraditório e dialético que o é. Assim, face a esses argumentos iniciais, é necessário situar a Política de Assistência Social em seu processo histórico, no âmbito das relações econômicas, políticas e sociais de reprodução da sociedade capitalista, para que possamos compreender como o conservadorismo ainda encontra-se presente na sua configuração, bem como os rebatimentos que essas configurações trazem para o exercício profissional do assistente social que nela atua, remetendo-o às mesmas práticas moralizadoras, individualizadas e socioeducativas, voltadas principalmente às mulheres e às crianças, quando da gênese da profissão, como descritas por Iamamoto (1992) .

A análise da contemporaneidade nos coloca a refletir sobre como o pensamento conservador incide de forma danosa nas tramas sociais e de tal forma na própria conformação da lógica das relações sociais. Desse modo também se adentra densamente na forma de gestão das políticas sociais na conformação da organização da gestão do próprio Estado. Cabe destacar aqui que estamos chamando de pensamento conservador aquilo que conhecemos como conservadorismo moderno que “tem como seu referencial um aspecto da sociedade plenamente interessado na manutenção ou na conservação da ordem”⁵, qual seja a ordem burguesa.

Como afirma Gahyva⁶, “Conservador seria epíteto próprio a espíritos avessos a mudanças que, não satisfeitos em esposar formas de existência cristalizadas pelo tempo, exigiriam que a totalidade dos membros de uma determinada sociedade se dobrassem às

⁴ IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

⁵ NISBET, Robert. Conservadorismo e sociologia. **Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Hucitec**, p. 62-76, 1986. p. 62

⁶ GAHYVA, Helga. **Notas sobre o conservadorismo**: elementos para a definição de um conceito. *Política & Sociedade*, v. 16, n. 35, p. 299-320, 2017. p. 299

suas verdades absolutas”. Desse modo, mais do que a manutenção da ordem, o pensamento conservador na cena contemporânea brasileira se reedita colocando-se como reacionário no âmbito político-cultural, haja vista as aproximações do discurso conservador com ideias fascistas, racistas, xenófobas, misóginas, neonazistas, entre outras, que vão se manifestando, inclusive socialmente.

Considerando o conservadorismo em toda a sua complexidade e assumindo-o assim como um fenômeno que precisa ser analisado a partir da luta de classes conformada na ordem da sociabilidade burguesa, nossa proposta é de compreender, a partir da sua expressão contemporânea, como ele tem incidido na execução da política de Assistência Social, que historicamente ocupa um lugar da não-política e do não-direito e, dessa forma, rebatido no cotidiano do exercício profissional do assistente social.

A Política de Assistência Social, marcadamente, ocupa ao longo de sua história, de negação enquanto política social de caráter universal, além dos seus fortes traços ainda presentes de relações de apadrinhamento, tutela e dependência, assim como o julgamento moral presente em seu cotidiano que acentua a presença do conservadorismo em sua Política. Ademais, entre as políticas públicas sociais, a Assistência Social tem se colocado como locus privilegiado de atuação do assistente social, sendo o profissional um protagonista na sua execução.

Desse modo, é necessário entender essa política a partir dos seus mais diversos aspectos, que vão desde sua dimensão, seu significado, sua abrangência, suas funções, seus efeitos, enfim, todos os elementos que atribuem forma e significado a ela⁷, além do próprio contexto social, político, cultural e econômico que ela se insere, para que assim se possa discutir sobre como todas as características que essa política assume na contemporaneidade recaem sobre a subjetividade do assistente social e direcionam seu fazer profissional. É nesse sentido que se faz necessária também a análise do trabalho do assistente social em tempos de capital fetiche, como aponta Iamamoto⁸.

As particularidades que tencionam a relação estabelecida entre projeto ético-político profissional e o estatuto assalariado condicionam o exercício profissional. Por um lado, os profissionais gozam de autonomia na condução de seu fazer profissional, a partir de seus instrumentais teórico-metodológicos socialmente legitimados por sua formação acadêmica e os aparatos legais que regem a profissão, dando à profissão uma direção social cuja atuação profissional está atravessada pelos interesses de classes e grupos sociais distintos

⁷ BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

⁸ IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social, 8 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

e balizada no atendimento majoritariamente de segmentos da classe trabalhadora⁹. Por outro lado, encontram limites objetivos de atuação determinados pela realização do trabalho na condição de assalariado, em que o Estado e organismos privados compõem predominantemente os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Neste sentido, a venda da força de trabalho do assistente social encontra-se subordinada aos ditames do trabalho abstrato e impregnada dos dilemas da alienação “impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional”¹⁰

Está posta aí a tensão entre projeto profissional e trabalho assalariado cujo assistente social está submetido, uma vez que o projeto profissional lhe confere teleologia e liberdade para escolher a direção de ação e o estatuto assalariado sobrepõe-se, em muitos momentos, sobre essa ação. Essa condição colocada no cotidiano do trabalho profissional do assistente social, como afirma Iamamoto¹¹, impõe o dilema entre causalidade e teleologia exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito. Desse modo, dadas as condições sócio-históricas e políticas em que esse trabalho se inscreve, sua apreensão pela subjetividade dos profissionais pode levá-los a colidir com compreensão da totalidade com as possibilidades de atuação profissional nela contidas, reiterando assim o discurso que defende o distanciamento entre teoria e prática.

É nesse interim que o conservadorismo incide também na atuação profissional, quando o assistente social se distancia do arcabouço teórico-crítico de sua formação, acreditando que ele não o instrumentaliza para a ação¹² e acaba assumindo o discurso e a execução da política de Assistência Social – nosso campo de observação, aqui – como próprios da profissão e reduzindo sua prática profissional à execução terminal das políticas sociais, ou, ainda pior, assumindo atitudes conservadoras, moralistas, estigmatizantes, higienistas e funcionalistas. Em tempos de exacerbação do pensamento conservador, como é verificado na atualidade, a atuação profissional sofre empuxos na sua objetividade, cunhadas no desmonte das políticas sociais, na ofensiva do capital sobre os direitos da classe trabalhadora, na defesa do Estado mínimo onde se manifestam fortemente os discursos segregadores, meritocráticos e moralizantes.

Neste sentido, a execução da política volta-se para o atendimento “do mais necessitado, dentre os necessitados”; é imposto o “ranqueamento” das necessidades e, portanto, o atendimento extremamente focalizado dos cidadãos que se utilizam da Assistência Social. Essa conjuntura rebate diretamente na subjetividade de muitos

⁹ Ibid. p. 415.

¹⁰ Ibid. p.416.

¹¹ Ibid. p. 416

¹² SANTOS, Claudia Monica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

assistentes sociais provocando uma imbricação entre prática profissional e execução da política de Assistência Social, levando à redução do exercício profissional à mera utilização de instrumentos e técnicas de atuação que deem conta de uma prática eficiente e eficaz. À vista disso, o projeto profissional muitas vezes transforma-se no próprio projeto de execução da política, descolando-se da arena da perspectiva crítica e emancipatória previstas no código de ética do assistente social, para a arena do conformismo e reducionismo pautados no “ajuste” dos “desajustados”.

Nesta direção, defendemos como necessário colocar no centro do debate o exercício profissional e o trabalho cotidiano do assistente social em tempos de conservadorismo, dentro da Política de Assistência Social, que nos últimos 14 anos tem se colocado como espaço sócio-ocupacional privilegiado para o Serviço Social. Destaca-se aqui, mais uma vez, todas as características históricas de negação de direito, focalização, segmentação e estigmatização dessa política que ainda impõem o desafio de serem superadas na contemporaneidade, num cenário de avanço insidioso do pensamento conservador. À vista disso, é preciso considerar a captura da subjetividade dos assistentes sociais por esse cenário, condicionando a prática profissional para uma ação também conservadora, para que assim possamos lançar luz sobre quais as possibilidades de rompimento e superação com tais práticas que coloquem no centro da direção do exercício profissional o projeto ético-político hegemonicamente aceito pela categoria.

Nossa aposta, portanto, nossa **hipótese** é de que toda essa conjuntura captura a subjetividade do assistente social no cotidiano do trabalho profissional, levando-o a uma prática profissional também conservadora, quando ele se distancia das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que compõem a sua formação. Entendendo, pois, que as mediações do projeto ético-político profissional hegemônico do Serviço Social, fruto do processo de renovação da profissão, “emerge como uma ruptura profissional conservadora”¹³, encontram-se muitas vezes subsumidas pelo estatuto assalariado do assistente social que contribui para o processo de alienação que sufoca a capacidade de uma intervenção crítica pautada na direção da emancipação. A intervenção profissional assume sincreticamente a execução da política como a própria ação profissional.

Nessa direção, a investigação da forma como a objetividade do trabalho, em tempos conservadores, dentro da política de Assistência Social rebate diretamente na subjetividade

¹³ MOLJO, Carina Berta; SANTOS, Cláudia Mônica dos Santos; EIRAS, Alexandra Aparecida. O exercício profissional na implementação do SUAS: projeto ético político, cultura profissional e intervenção profissional. In: **Sistema Único de Assistência Social, organizações da sociedade civil e serviço social: uma análise da realidade de Juiz de Fora/Carina Berta Moljo e Maria Lúcia Duriguetto (organizadoras)-Juiz de Fora: Ed. UFJF**, p. 105-144, 2012.

do assistente social e, portanto, direcionam o seu exercício profissional, pode revelar as estratégias cotidianas de superação do conservadorismo.

Ao privilegiar no seu processo de formação a teoria social crítica, o assistente social em seu fazer profissional imprime a necessidade do estudo/investigação/conhecimento das múltiplas determinações da sociedade capitalista, tanto em sua gênese quanto na contemporaneidade, assim como as contradições que permeiam as políticas sociais ordenadas pelo Estado. Portanto, é necessário entender a Assistência Social como política pública de direitos, tendo em vista que, mesmo a proteção social sendo duramente atacada no processo de crise do capital, ela tem papel decisivo na reprodução da classe trabalhadora¹⁴. Todavia, também se constitui como funcional ao capital, na medida em que contribui para amortizar as sequelas da questão social.

Sendo assim, é lançado o desafio ao profissional de Serviço Social de negar a subordinação à política, enxergando a família e o indivíduo atendido não como “vulnerável” ou exposto ao “risco”, e sim como sujeito histórico inserido em uma determinada classe. Há que se superar a condição individualizada da “autonomia” e complementá-la com o conceito de cidadania que aponta acesso a direitos e a participação ativa nos rumos da sociedade¹⁵. Mas é possível dentro dos limites objetivos e subjetivos do trabalho a negação da prática profissional empuxada pelo conservadorismo?

Nosso entendimento é o de que sim, é possível manter uma prática profissional que goza de autonomia relativa¹⁶ pautada na racionalidade do projeto ético-político profissional cuja direção é a de emancipação humana, ainda sob os limites objetivos impostos no cotidiano. Entendemos aqui a urgência de se ter clareza de quem é o inimigo aqui colocado: o conservadorismo moderno.

6 REFERENCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**: o Serviço Social no século XXI. São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996. 154.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003

¹⁴ BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003

¹⁵ SPOSATI, A. A especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 77, ano XXV, p. 30-62, 2004.

¹⁶ IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____.; SANTOS S. M. M. “questão social” e Direitos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009a. p.267-283.

_____. **Política Social no contexto da crise capitalista**. Serviço Social, p. 301-321, 2009b.

_____.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

GAHYVA, H. **Notas sobre o conservadorismo**: elementos para a definição de um conceito. Política & Sociedade, v. 16, n. 35, p. 299-320, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998

_____.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M. S.; EIRAS, A.A. O exercício profissional na implementação do SUAS: projeto ético político, cultura profissional e intervenção profissional. In: **Sistema Único de Assistência Social, organizações da sociedade civil e serviço social**: uma análise da realidade de Juiz de Fora/Carina Berta Moljo e Maria Lúcia Duriguetto (organizadoras)-Juiz de Fora: Ed. UFJF, p. 105-144, 2012.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional, v. 4, p. 141-160, 2006.

NISBET, Robert. **Conservadorismo e sociologia**. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Hucitec, p. 62-76, 1986.

_____, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SPOSATI, A. A especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 77, ano XXV, p. 30-62, 2004.

_____. Carta-tema: a assistência social no Brasil, 1983-1990. In: **Carta-tema: a assistência social no Brasil, 1983-1990**. 1995. p. 7